

Neoliberalismo e Educação

ZENO Soares Crocetti *

Resumo:

Este trabalho pretende discutir e examinar o processo de formação da Educação Mercadoria, fruto da fase atual do capitalismo neoliberal, denominado de Globalização. E avaliar ainda a influência no processo de reconfiguração da Educação Pública. A comunicação de massas deixa de ter um único modelo, aquele em que poucos controlam o que é consumido por muitos. As redes técnicas conectam os diversos lugares na superfície da Terra, reduzindo distância e ultrapassando fronteiras. Essas redes ocupam espaços, criam topografias novas, onde existe o máximo de diversidade e interatividade entre seus componentes. Nessa nova conjuntura social, torna-se extremamente decisiva a geração do conhecimento, seu domínio, sua manipulação, no mundo da produção, da gerência e dos serviços. As distâncias entre os países se definem pelo grau de saber acumulado e socializado no seu interior, além é claro da divisão da riqueza acumulada. Em termos de Brasil, sem o correspondente ao Ensino Médio completo, as pessoas dificilmente se preparam para acompanhar a revolução tecnológica.

Considero esse tema complexo e ainda pouco explorado. Sendo estas análises provisórias no conjunto do conhecimento, as mesmas podem ser alteradas e aprofundadas posteriormente, com a continuidade das pesquisas no campo das relações da sociedade e das tecnologias.

É de idéias convertidas em ato que se transforma um país. E essas idéias serão tão mais aprimoradas, quanto aprimorados forem o conhecimento e a cultura da sociedade como um todo!

Palavras chave: neoliberalismo, globalização, desterritorialização, desigualdade, reestruturação produtiva, poder, educação.

Introdução

Nós criamos uma civilização global em que elementos cruciais - como as comunicações, a educação e até a instituição democrática do voto - dependem profundamente da ciência e da tecnologia. Também criamos uma ordem em que quase ninguém compreende a ciência e a tecnologia. É uma receita para o desastre.

Podemos escapar ilesos por algum tempo, porém mais cedo ou mais tarde essa mistura inflamável de ignorância e poder vai explodir na nossa cara."

[SAGAN, 1997, pp.39.]

O neoliberalismo, como sistema político hegemônico mundial, é um novo imperialismo, que se alimenta na conquista de territórios. O fim da Guerra Fria, não significa, de maneira alguma, que o mundo tenha superado a bipolaridade e reencontrado a estabilidade, sob a hegemonia dos Estados Unidos. Pois, se há um vencedor, é difícil nomear o vencedor. Os Estados Unidos? A União Européia? O Japão? Os três juntos?

A derrota do "império do mal" abre novos mercados, cuja conquista pode provocar uma nova guerra mundial.

* Professor da UNIBEM e IBPEX. Apresentado no 1º Congresso Curitibano de Geografia. 2004.

O globalitarismo, essa Nova Ordem Mundial, regrediu no tempo e no espaço, essa estranha modernidade, que dá dois passos para frente, três para trás. Esse início de milênio assemelha-se mais aos séculos bárbaros precedentes do que ao futuro racional, descrito por tantos romances de ficção científica. Pois, centenas de países e nações, riquezas e, sobretudo, uma imensa força de trabalho disponível aguardam seu novo patrão. Única é a função de mestre do mundo, numerosos são os candidatos. Vem aí uma nova guerra entre os que pretendem fazer parte do "império do bem".

A nova guerra: A reestruturação produtiva

"A guerra é um assunto de importância vital para o Estado – é a província da vida e da morte, o caminho que conduz à sobrevivência ou ao aniquilamento. É indispensável estudá-la a fundo".
Sun Tsé, *A Arte da Guerra*, Record, 1997.

Para os empresários capitalistas candidatos à sobrevivência nessa guerra global, reza o manual globalitário que é necessário satisfazer três condições:

- Qualidade (a sua satisfação garantida ou seu dinheiro de volta);
- Competitividade (racionalidade, maior eficiência com menor estrutura administrativa e humana, ou seja, fazer o máximo com o mínimo);
- Produtividade (maior produção com menor custo e menor mão-de-obra).

Mas o modelo de reorganização do trabalho e da produção vem da região mais dinâmica do capitalismo mundial: o sudeste da Ásia. O toyotismo é hoje uma cartilha bíblica para qualquer empresário.

Uma empresa oferece um emprego ao trabalhador. Este se integra a uma escala móvel de cargos e remunerações – regulada pelo seu desempenho em função da racionalidade/produktividade/ qualidade. Quando a mão-de-obra se mostra eficaz é promovido, quando não, é rebaixado.

A empresa em "retribuição" ao bom desempenho e subserviência do trabalhador, oferece um pacote de "privilégios", tais como; serviço de saúde e previdência social privada, seguro de vida, clube social e esportivo, convênios em supermercados e escolas particulares – evidentemente que a qualidade deste serviço é diretamente proporcional ao status e salário do beneficiado. Dessa maneira, aquilo que deveria ser um direito de qualquer cidadão, garantido pelo Estado (saúde, educação, seguridade social, lazer, etc.), passa a ser privilégio de alguns, concedido pelas Empresas, como maneira de assegurar sua eficiência e obediência. Faz-se apologia da iniciativa privada citando a ineficiência do serviço público, mas debita-se os gastos da carga tributária das empresas - justamente a fonte de renda que poderia garantir ao Estado as condições de oferecer serviços públicos de qualidade e universais para todos os trabalhadores.

A empresa então paga a escola privada dos filhos e lhes promete um emprego futuro. Diante da alta especialização do trabalho a empresa esta garantindo a reposição de mão-de-obra qualificada nas proporções que necessita. O ensino não vai ser mais universal, mas reproduzirá as condições de trabalho dos pais, pois uma das características do toyotismo é justamente organizar o trabalho em grandes faixas de qualificação técnica. Os filhos receberão a educação de acordo com nível de função de seus pais: escolas de boa qualidade aos filhos dos níveis gerências, escolas eficientes

tecnicamente para os respectivos níveis de atuação profissional dos pais dos alunos. Além disso restringindo o ensino formal, pois numa era de flexibilização das funções este deve ser mínimo para que se complemente adequadamente, no futuro, pelos programas de treinamento pertinentes a cada função no mundo do trabalho. Um sistema privado sustentado pelos tributos que deixam de ser arrecadado pelo Estado, como forma de garantir um sistema de ensino público e de qualidade para os filhos de todos os trabalhadores.

Esta mesma empresa oferece um espaço de lazer aos seus funcionários, inclusive para os fins de semana. A empresa agora quer monopolizar as relações sociais de seus trabalhadores, romper todo os vínculos externos. É interessante como os patrocínios aos clubes esportivos geram uma identidade das torcidas com a empresa, num sentido abstrato e afetivo, dentro do mesmo modelo utilizado pelos nacionalistas.

A empresa então se oferece para empregar outros membros da família, preferencialmente o cônjuge. Para o trabalhador é uma feliz garantia de ampliação segura da renda familiar. Para empresa assegura-se a garantia de identificação familiar com seus objetivos, além de conter os gastos assistências com seus funcionários.

Um trabalhador integrado em tal situação vai cumprir a risca todas as proposta de metas de produtividade/qualidade/racionalidade. Disto não depende somente o seu salário, mas também o sistema de saúde de sua família, a sua aposentadoria, a escola e o futuro emprego dos filhos, o emprego do cônjuge e também as relações de amizade. As metas fixadas pelos próprios funcionários e a criatividade necessária são gestadas a partir da integração completa da vida do trabalhador. Pode-se, então, sugerir uma compreensão para o fato de um segmento importante dos assalariados no Japão se identificam mais com o nome da empresa do que com o seu próprio sobrenome.

Nesta complexa teia de relação capital-trabalho, um assalariado não terá como requerer os seus direitos trabalhistas – inclusive alguns históricos como a especificação das tarefas de sua função, normalização da insalubridade e periculosidade da área de atuação, jornada de trabalho, férias e respeito aos feriados. Pois a produtividade exige o máximo para atingir os seus objetivos.

Este “arranjo” do capitalismo pode ser analisado a partir da Teoria da Regulação, que pressupõe:

O regime de acumulação é o que estabelece a correspondência entre as condições de produção e as condições de reprodução dos assalariados, isto é, que permitem ou desdobrar no tempo as distorções e os desequilíbrios que nascem permanentemente do próprio processo.

O modo de regulação é o conjunto dos hábitos, normas, leis, redes, etc., que normaliza e regula a ação dos indivíduos (ou grupos de indivíduos) tais como capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, etc. (cf. Harvey, 1992, p. 117)

Vivemos um processo, segundo Harvey, em que o modo de regulação keynesiano/fordista está cedendo o seu lugar para o modo de acumulação flexível e integrado. Harvey considera que a acumulação flexível é uma transformação sólida, porém, ainda não concluída (portanto num período de transição) [cf. p. 179]. Mas o autor também considera que a trajetória do desenvolvimento do capitalismo "(...) não é previsível em nenhum sentido comum exatamente porque sempre se baseou na

especulação" [p. 307], de forma que as condições ou atividades e imaginação humana podem combinar um rol infinito de elementos gerados pela própria dinâmica do capitalismo. Nesta perspectiva não há garantias de que as mudanças no controle do trabalho não sejam irreversíveis [cf. p. 179] e tão pouco que o fordismo esteja condenado à extinção, pois o grau de fordismo e de flexibilidade varia em época e lugares em função da capacidade de lucro que cada sistema pode gerar numa configuração específica [Harvey, 1992, p. 308].

As dificuldades do fordismo e do Keynesianismo podem ser compreendida "por uma palavra: rigidez" [cf. Harvey, 1992, p. 135-136]:

- Rigidez de investimentos: o capital fixo para produção em massa em larga escala, o que requeria rigidez de planejamento e crescimento relativamente estável do mercado de consumo;
- Rigidez na distribuição de mercados, o que gerou a reserva de mercado monopolista;
- Rigidez nos contratos de trabalho;
- Rigidez nos compromissos estatais com a seguridade social e serviços públicos.

Este processo levou a uma crise – a estagflação – cujo desdobramentos apontam para desdobramento que constituíram um novo regime de acumulação e um novo modo de regulação do capital.

O Estado Mínimo

Para a implantação do projeto da nova ordem mundial (o globalitarismo) o Estado nacional – como o conhecemos hoje – deve ser eliminado. A coordenação das políticas macroeconômicas passam para os cartéis (mega-empresas globais) ou organismos internacionais (FMI/ Banco Mundial OMC). Os serviços públicos devem ser privatizados para se adaptar as estratégias globais. O Estado Mínimo passa a ser então sinônimo de legislação e ainda assim basicamente na área civil, pois as de ordem econômica e trabalhistas devem ser padronizadas e flexibilizadas – a formação da União Européia expressa claramente esta perspectiva. E também deve se organizar, assumindo total responsabilidade para que os excluídos não perturbem os incluídos na "nova ordem", garantindo a estes ordem e segurança que a produtividade/qualidade/racionalidade requerem. Hoje se fala em políticas compensatórias, para diminuir os impactos do neoliberalismo excludente e gestor da pobreza, fruto dos ajustes estruturais em curso para adaptar as economias locais a lógica da nova dinâmica da economia mundial.

A atuação social do Estado tende a se resumir basicamente aos municípios, onde a administração pública é muito próxima da comunidade, e os grupos de pressão podem garantir alguma migalha social tais como; desempenhar algumas funções de planejamento urbano; de apoio a grupos sociais carentes, e pode até, em alguns caso, garantir a permanência de alguns serviços públicos, como escolas para alfabetização elementar, postos de saúde elementar para os setores excluídos do processo produtivo.

O que é, afinal, o Consenso de Washington?

Não se trata de nenhum tipo de maçonaria, nenhum tipo de conspiração internacional, porque muito já publicaram na imprensa, informando que é uma visão

conspiratória da história, como se esse consenso fosse uma grande organização clandestina que gerisse ou manejasse os instrumentos de poder mundial.

Então, o que é? Trata-se de uma expressão acadêmica, cunhada por John Williamson, um economista sem grande expressão.

Em 1989, o *International Institute for Economy*, que funciona em Washington, e faz parte de uma rede, – são centros de análise e reflexão de cenários estratégicos onde há intelectuais pensando na perspectiva do poder –a serviço do poder, eles estão ali pensando, a médio e longo prazos, a perspectiva de poder para o seu país.

Washington se transformou na capital do império, do que restou de poder nesse mundo, sendo assim, existem redes que reúne cérebros de altíssima qualidade; esses institutos recebem também, permanentemente, a visita de políticos, de intelectuais e autoridades que circulam pelo mundo, que vão até esses institutos para atualizar suas cabeças, informar-se sobre os últimos dados e, eventualmente, passar alguma informação mais atualizadas sobre as suas províncias. Em outros momentos da história também ocorriam esses centros que pensavam o mundo, e hoje nosso centro do império é Washington.

Pois bem, o Instituto Internacional de Economia em que John Williamson promoveu, em 1989, uma reunião cujo objetivo era discutir as reformas necessárias para que os países periféricos saíssem da década perdida, da estagnação, da inflação, da recessão, da dívida externa e retomasse o caminho do crescimento. Nessa reunião, Williamson divulgou um "texto" onde aparecia a expressão, **Consenso de Washington**, os resultados dessa reunião foram publicados em livro em 1990.

Esse livro se espalhou pelo mundo, e com ele essa expressão; **Consenso de Washington**. E, posteriormente, ele mesmo, John Williamson, tentou explicar o que queria dizer com essa expressão: "eu fiz, apenas, uma lista das políticas e das reformas que estavam sendo receitadas e usadas pelos países na América Latina, em conjunto, consensualmente, pelos principais centros e círculos de poder sediados na cidade de Washington".

Em resumo, o que Williamson queria dizer em seu texto, é que a rede onde circulavam essas idéias – era o governo estadunidense, o FMI, o Congresso dos Estados Unidos além da rede de técnicos burocratas que estavam no comando e coordenavam a política econômica mundial, a partir dos EUA, e esse grupo fazia a gestão política da América Latina, isso é, eles que governavam de fato a América Latina, através de suas redes de produção intelectual. E, hoje, aparentemente, de uma maneira hegemônica e integrada, essas redes de institutos e agências (FMI, BIRD, OMC, etc.) atuam em conjunto com as mesmas idéias.

É um fenômeno admirável. As principais burocracias econômicas do Tesouro norte-americano: o FAD, o FMI, o BID, o BIRD, a OMC e, até as Nações Unidas; além da academia que gira em torno de Washington, todos agem em rede receitando os mesmos remédios, afirmou Williamson?

Olho para todos os lados leio, sinto e percebo que todos estão pensando a mesma coisa, isto é, todos estão propondo a mesma coisa. Há uma forte convergência. E não foi sempre assim, nem sempre foi assim!

Então, essa foi à primeira coisa que Williamson percebeu: "em Washington todos estão pensando que na América Latina todo mundo tem de fazer a mesma coisa". Aliás, não só a América Latina, o Consenso de Washington diz respeito à visão estadunidense sobre a condução da política econômica, para os países periféricos no

mundo inteiro, mas, obviamente, de forma muito mais direta para os países da América Latina que, naquele momento, eram os países mais endividados, e estavam situados embaixo da zona de hegemonia, da supremacia estadunidense. E essa constatação, ele chamou de **Consenso de Washington**. O consenso era esse conjunto de coisas. Congresso, burocracias, burocracias internacionais, aí há um acordo sobre o que?

Quais eram as idéias do acordo?

- Um plano de ordem macroeconômica havia um acordo completo entre todas as agências econômicas, que todos os países periféricos deveriam, no momento, serem convencidos a aplicar um programa em que lhes é requerido um rigoroso esforço de equilíbrio fiscal, austeridade fiscal ao máximo, o que passa inevitavelmente por um programa de reformas administrativas, providenciárias e fiscais, e um corte violento no gasto público, principalmente na área social.

Esse era o primeiro pacote: estabilizar é necessário. E para estabilizar, é necessário uma política fiscal austera, com cortes, corte de salários dos funcionários públicos e congelamento de seus salários, demissões, flexibilização do mercado de funcionários públicos, corte das contribuições sociais, reforma da previdência social.

O que é que ele descobria no plano macroeconômico? Há um acordo entre todas essas agências com relação aos países periféricos, no sentido que todos deveriam buscar a estabilização monetária, porque a prioridade número 1 é a estabilização e a política fiscal tem que ser submetida à política monetária.

- Segunda coisa que ele percebia, todos pensavam que esses países devem fazer políticas monetárias rigidíssimas, porque a prioridade número 1 é a estabilização e a política fiscal tem que ser submetida à política monetária.

A segunda ordem de propostas e reformas, que estava naquele "consenso", para usar a palavra de ordem deles, são de ordem microeconômica: é preciso desonerar fiscalmente o capital para que ele possa aumentar a sua competitividade no mercado internacional, desregulado e aberto.

Então, o único caminho para as pequenas empresas situadas nos países da periferia entrarem nesse jogo seria o aumento de competitividade, o que passaria por desoneração fiscal, flexibilização dos mercados de trabalho, diminuição da carga social com os trabalhadores, diminuição dos salários.

- Terceira coisa que o consenso propunha: nada disso será possível se não desmontar radicalmente, o modelo anterior que havia nesses países, um modelo perverso, que funcionou mal, só fez porcarias, que é o modelo de industrialização por substituição de importações.

Nessa direção, quais são as propostas?

As propostas estão no pacote das reformas estruturais, que foram chamadas em alguns países de reformas institucionais e, em outros, de reformas condicionais. Quais são?

- Primeiro desregulação dos mercados, sobretudo o financeiro e o do trabalho. E isso já foi feito em quase todos os países da América Latina.
- Segundo, privatização, de preferência selvagem.

- Terceiro abertura total do mercado, liberdade total de comércio.
- Quarto garantia do direito de propriedade, sobretudo na zona de fronteira, isto é, nos serviços, propriedade intelectual etc.

Pois bem, a verdade é que esse pacote que Williamson descobriu, em Washington, não é difícil de ser identificado. Quer dizer, pelo caminho imposto pela renegociação da dívida externa ou pelo caminho imposto pelas condicionalidades para se conseguir empréstimo no sistema financeiro internacional, a verdade é que os órgãos multinacionais e o sistema bancário privado, progressivamente, colocaram como condição de reintrodução de uma América Latina, que havia sido afastada pela dívida externa do sistema financeiro internacional, que ela só reingressaria ao sistema se botasse em prática essas políticas.

Não se trata propriamente de uma imposição imperial, nem de uma conspiração, trata-se de um condicionamento comercial explícito. Quer dizer, não há confiança para emprestar dinheiro a quem não tenha o orçamento fiscal equilibrado, não tenha uma moeda estável, não tenha economia aberta, os mercados financeiros desregulados, o comércio desprotegido e o Estado diminuído ao mínimo, vocês só têm essa opção para sacar dinheiro novo, é pegar ou largar!

O que é que John Williamson descobriu? Que nos principais centros de poder de Washington, havia-se desenhado um programa compacto de políticas e reformas perfeitamente alinhadas com a política hegemônica dominante dos países centrais, desde o início dos anos 80, isto é, um programa neoliberal de gestão global, ou seja, um projeto de pensamento único, o neoliberalismo ou a morte!

Duas constatações:

- Surpreendentemente, para quem quiser se debruçar sobre a América Latina irá descobrir que todos os países estão fazendo a mesma coisa.
- Esse pacote que esse senhor descobriu, não é nada mais, nada menos, do que a versão construída, nesses organismos internacionais, ou a tradução do programa de idéias neoliberais, que havia sido trazido e hegemônizado do Primeiro Mundo, a partir da vitória da dama de ferro no Reino Unido, a Sra. Thatcher.

Mas a questão é: chega de consenso. Não há muito mais o que dizer sobre o tal do consenso. E também não procurem muito porque não vão encontrar.

O fundamental não é o Consenso de Washington, mas, sim, o que está por trás de uma época, do mundo hoje?

Que mundo é esse? A época em que venceu e se construiu, do ponto de vista ideológico, a matriz neoliberal, que é paralela à época em que avançou célere o que outros economistas chamam de processo de globalização financeira.

O que é neoliberalismo?

Para responder, é fundamental fazer uma brevíssima retrospectiva histórica, para que possamos acompanhar, minimamente, o movimento decisivo da ascensão política ideológica neoliberal.

Vamos por partes, para descobrir como o consenso keynesiano foi, de repente e, milagrosamente, atropelado e, aparentemente, vencido facilmente, por esse novo consenso, o Consenso de Washington, não há como não retroceder ao momento em que hoje, onde a grande maioria dos analistas e historiadores já considera batalha vencida, ou seja, para que discutir algo irreversível, algo consolidado, não existe vida inteligente fora do global-liberalismo, não é mesmo!

A Ideologia

Com esse processo, ganhou espaço uma nova ideologia – o novo liberalismo –, que se constituiu em uma hegemonia no plano mundial. O liberalismo enquanto formulação política-ideológica já existia antes das grandes transformações em curso, particularmente no que diz respeito à globalização da economia e a reestruturação produtiva. Mas foi no contexto destas transformações que o neoliberalismo conquistou espaço e reconquistou a sua posição. Para Therborn,

"(...) o neoliberalismo é uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno" [1995, p. 39].

No debate acadêmico há um consenso de que é o neoliberalismo que informa as principais políticas econômicas em curso e que o modelo Keynesiano de capitalismo reformado e o modelo socialista clássico estão em crise.

"O neoliberalismo é um projeto sério e racional, uma doutrina coerente e uma teoria vinculada e reforçada por certos processos históricos de transformação do capitalismo. É uma doutrina, pelo menos de fato, conectada com uma nova dinâmica tanto tecnológica e gerencial quanto financeira dos mercados e da competição" [Therborn, 1995, p. 182].

Para Anderson,

"Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado" [Anderson, 1995, p. 22].

Para Therborn, o neoliberalismo precisa ser compreendido no contexto histórico das grandes mudanças nas relações institucionais entre o Mercado e o Estado e entre as Empresas/Mercado [Therborn, 1995, p. 139-40], essa mudança não é fruto de uma política ou de uma ideologia econômica, mas trata-se de uma mudança que tem por trás a força de uma configuração bem complexa. Neste sentido;

"(...) essa mudança tem dado alento à força ideológica dos partidos e dos intelectuais neoliberais, mas não é um efeito produzido por estes" (Therborn, 1995, p. 140).

Para o mesmo autor o neoliberalismo está se esgotando enquanto projeto ideológico e político, a expectativa de sua continuidade se assegura apenas nos seus

laços de articulações com o gigantesco processo de mudança estrutural em curso no mundo capitalista. [Therborn, 1995, p. 141]

Anderson contesta esta posição, para ele só é possível falar em uma hegemonia neoliberal hoje porque as políticas econômicas são definidas por esta doutrina. Nesse início de século XXI, apenas o neoliberalismo se apresenta como "proposição intelectual efetiva para o ordenamento das economias capitalistas modernas" [1995, p. 149]. Para afirmar que o neoliberalismo está superado é preciso que haja outra doutrina substituindo-o, o que não ocorre, pelo contrario "o neoliberalismo foi e é uma doutrina completa e coerente" [1995, p. 148], possuindo uma força formidável do ponto de vista intelectual. A formulação neoliberal tem em Hayek o responsável pelo desenvolvimento de uma epistemologia completa e coerente, enquanto Friedman "era mais um técnico e um propagandista".

No contexto da concorrência internacional, que promoveu o "surgimento, pela primeira vez de um mercado genuinamente mundial" onde as empresas estão perdendo o poder dos mercados individuais; e os Estados perdem o poder regulador sobre as economias nacionais, e vão em direção da doutrina teórica do neoliberalismo que "valoriza sistematicamente o papel do mercado à custa do Estado e também das grandes empresas" [cf. Anderson, 1995, p. 147]. É esse, portanto o "processo subjacente de mudança estrutural-histórica na própria natureza do capitalismo, (...) que tem escorado e possibilitado o sucesso ideológico do neoliberalismo" [Anderson, 1995, p. 147].

Borón, que prefere conceituar este momento como o da "emergência de uma nova etapa de capitalismo competitivo, com um novo papel e uma nova dinâmica para os mercados" [1995, p. 160], também considera que esse processo não é fruto de um projeto ideológico e político determinado, mas é neste contexto que o neoliberalismo emerge como uma corrente particular.

A expansão do neoliberalismo "significou o triunfo de um projeto de recomposição reacionária do capitalismo que atraiu para si todas as forças da burguesia internacional" [Borón, 1995, p. 172]. O livro *Freedom to choose* de Friedman, num espaço de 3 a 4 semanas foi lançado em 90 países, simultâneo ao lançamento de um vídeo e da uma *turnée* mundial do autor, dentro de um projeto político articulado, que considerava inclusive a derrota do socialismo e o enfraquecimento do movimento operário. Isto mostra o grau da hegemonia neoliberal e explica o seu efeito de impacto mundial [Borón, 1995, p. 172].

Para Borón o neoliberalismo resume o senso comum imposto pelas classes dominantes de nossa época que tem por base idolatria ao mercado; a demonização do Estado; exaltação da empresa privada; e o "darwinismo social de mercado" que aparece como desejável e eficaz [Borón, 1995, p. 158]. Sader [1995] compreende o neoliberalismo como um modelo hegemônico: "uma forma de dominação de classe adequada às relações econômicas, sociais e ideológicas contemporâneas" [p. 146] que enquanto processo transcendeu os limites econômicos e se transformou "no senso comum do nosso tempo" [p. 147]. Sader aponta que um dos resultados do avanço do neoliberalismo é o processo de reprivatização das relações de classe (que estavam fortemente permeadas pelo Estado).

Anderson traça um paralelo com o marxismo, que enquanto doutrina forte foi à inspiração original dos partidos sociais democrata. "Não podemos subestimar o poder das idéias" [Anderson, 1995, p. 166]. Embora aja uma conexão entre o neoliberalismo

forte e as versões mais difusas dessa ideologia, que são mediadas por dirigentes políticos que ocupam posições de poder, e que têm uma forte formação teórica em Hayek e Friedman tais como: Miguel Bouer e Carlos Solchaga, estrategistas econômicos do PSOE na Espanha, e na Suécia social-democrata, Feltdt o ministro de Finanças, Vaclav Klaus da Republica Tcheca, que vive citando Hayek, Roberto Campos (que ainda possuiu grande poder decisório no Brasil, certamente leu Hayek); Fernando Henrique Cardoso, (certamente leu Hayek e Friedman); e Mário Vargas Llosa (do Peru, que se confessou admirador de Hayek e Friedman, ao próprio Anderson) [Anderson, 1995, p. 166].

Há de se diferenciar a doutrina neoliberal mais consistente e elaborada da versão maquiada, isto é, da "nova economia" em execução em alguns países, mas é importante assinalar a forte conexão entre ambas. "Há (...) uma relação funcional entre o espaço teórico mais amplo e o espaço domesticado, datado, onde as idéias se traduzem em medidas práticas" [Anderson, 1995, p. 165].

Portanto, há duas versões de neoliberalismo: uma "dura" e outra "branda" [Fernandes, p. 54-6]. A versão "dura" é fruto da ideologia original do neoliberalismo, que define o mercado com regulador eficaz da economia e solução para todos os problemas fundamentais da modernidade, justificando que toda intervenção estatal é danosa. Este projeto no original não é aplicado em nenhum país do mundo [Fernandes, 1995, p. 54].

Nessa mesma linha Laurell [1995] elabora um modelo explicativo ao neoliberalismo, onde o fundamental é construir um novo padrão de acumulação do capital, que necessariamente passa pelo desmonte das instituições do Estado de bem-estar.

A primeira vertente deste modelo é a supressão dos direitos sociais, e consequentemente desobriga o Estado de garantir o acesso desses direitos a todos os cidadãos [p. 169]. Isto implica em remercantilizar esses bens públicos através da privatização do financiamento e dos serviços [p. 163]. Para o neoliberalismo este modelo permite uma expansão das ações da iniciativa privada. Também está fundamentado que o Estado deve prover com seus benefícios apenas aos que se encontram na condição de indigentes, para os demais, qualquer tipo de benefício deve corresponder a uma contrapartida, como o pagamento ou o desempenho de um trabalho.

A segunda vertente é a redução do gasto social público [p. 169], priorizando a canalização dos recursos sociais para os grupos mais carentes [p. 163] e a descentralização dos serviços, que;

"(...) não tem por objetivo democratizar a ação pública, mas, principalmente, permitir a introdução de mecanismos gerenciais e incentivar os processos de privatização, deixando em nível local a decisão a respeito de como financiar, administrar e produzir serviços"

[Laurell, 1995, p. 174].

O elemento articulador da estratégia neoliberal é a privatização, pois;

"(...) atende ao objetivo econômico de abrir todas as atividades econômicas rentáveis aos investimentos privados, como o intuito de ampliar os âmbitos da acumulação, ao objetivo político-ideológico de remercantilizar o bem-estar social."

[Laurell, 1995, p. 167]

Mas outros pesquisadores também concordam que o neoliberalismo foi legitimado pela via democrática. Cabe ressaltar, no sentido de reforçar esta idéia, que os dois governos que aplicaram os modelos neoliberais ferindo o preceito democrático foi Pinochet no Chile e Fujimori no Peru. No Chile, as políticas neoliberais continuam sendo aplicados pelos sucessores de Pinochet, eleitos democraticamente. No Peru, quando as eleições diretas foram convocadas todos os partidos que se opunham ao modelo neoliberal não atingiram juntos 10% dos votos.

Mas Netto assinala que há um limite para essa legitimação democrática do neoliberalismo; um limite objetivo da "capacidade de tolerância" das massas à degradação das suas condições de vida [Netto, 1995, pp. 31-2]. Pois os falaciosos êxitos sociais do neoliberalismo que promoveram as desigualdades sociais, fez emergir traços ideológico-culturais que serviram de esteio para a xenofobia, os particularismos e as hostilidades étnicas. A "ofensiva neoliberal tem sido, no plano social, simétrica a barbarização da vida societária", há no entanto valores culturais incorporados por largas parcelas da população que podem conter este avanço do neoliberalismo [Netto, 1995, p. 32].

Na América Latina a hiperinflação (apontado por Anderson) se somou a desesperança (apontada por Oliveira) como caldo da cultura que favoreceu a ofensiva neoliberal. Esse processo foi importante, uma vez que a redemocratização não ofereceu as massas nada além da liberdade política (Netto, 1995, p. 32).

Therborn, ainda avalia, que as políticas neoliberais tem menor chance nos países "onde os partidos de massas e a sociedade civil são fortes, os políticos tendem a estar enraizados na sociedade civil" [Therborn, 1995, p. 171]. É o caso da social-democracia na Suécia e da Democracia Cristã na Alemanha. Já no caso da Espanha, ocorre o oposto, o neoliberalismo triunfou e o mesmo risco existe na América Latina [Therborn, 1995, p. 171].

O projeto neoliberal na educação

"O que eu penso entender por uma revolução neoliberal não é uma revolução na qual a classe dominante faz a luta – eles nunca fizeram isso em nenhuma revolução – mas uma revolução cuja ocorrência limpa o terreno para o globalitarismo". (Crocetti, 1997.)

O projeto para um "novo mundo" proposto pelo Banco Mundial, guardião das Grandes Corporações Econômicas reservam para a educação os seguintes parâmetros:

- Escolas privadas pagas pelas empresas que deduzem as despesas da sua carga tributaria através de mecanismos como o "vale educação".
- Escolas com níveis compatíveis aos das taxas de trabalhadores que se formam neste processo de reorganização do trabalho e da produção.
- Escolas de ensino elementar, cuja complementação se fará a partir da função do trabalhador, respeitando a sua mobilidade através de um cuidadoso programa de treinamento.
- Reintrodução de um neoeconomicismo voltado para utilização das novas tecnologias - particularmente na área de informação - mas não para o domínio desta tecnologia. É a humanidade que se integra à tecnologia e não a tecnologia que se ajusta à humanidade.

O fim do ensino público

Esse filme é velho e rançoso, pois a rede pública de ensino no Brasil foram reorganizada e ampliadas no final nos anos 60 e 70 do século XX para preparar a mão-de-obra qualificada necessária ao modelo de acumulação de capital do chamado "milagre econômico".

Este modelo se esgotou no final da década de 70, promovendo um longo período de crise, durante o turbulento período de transição, (78-91) que se efetiva a partir de 1991 (cuja modelo ainda não se encontra totalmente definido). A crise do modelo econômico, também se abateu sobre todo o sistema de ensino.

Os empresários abriram mão da escola pública, pois já dispunha da mão de obra necessária – e também já haviam construído um sistema privado paralelo de educação, com o qual sonhavam controlar a responsabilidade social e financeira da gestão do ensino público, pois em educação não interessa muito o vender e comprar, o que realmente importa ao povo brasileiro, é que quem controla o saber tem em mãos uma ferramenta ideológica, ou seja, em última análise, controla a produção do conhecimento, além é claro de garantir uma fatia significativa desses recursos públicos para o setor privado.

"(...) o globalitarismo não tem por objetivo democratizar a ação pública, mas, principalmente, permitir a introdução de mecanismos gerenciais e incentivar os processos de privatização, deixando em nível local a decisão a respeito de como financiar, administrar e produzir serviços"
(Laurell, 1995, p. 174)

O governo identificado – inclusive organicamente – com as classes dominantes se viram com o controle das grandes máquinas administrativas que rendiam voto, além de empregar uma imensa massa de trabalhadores na educação, com grande disposição de reivindicação e mobilização.

A classe trabalhadora com melhor poder aquisitivo migrou seus filhos para o ensino privado – justificando-se pela "desorganização do ensino público" ou alegando questões de status social.

Na sua imensa maioria os pais da classe trabalhadora de menor poder aquisitivo, julgando-se ludibriada pela sua experiência de que a escola garantia ascensão social, quando não opta por empregar os seus filhos desde cedo na mercado de trabalho, vê a escola como uma mega-creche, e muitos, condicionados pelo senso comum requerem a retomada dos métodos disciplinares e formação dos valores morais conservadores, como função da educação.

As transformações no mundo da educação

"Se a humanidade quer Ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso (...) é a escuridão."
(Hobsbawm, 1995, p. 562)

Os governos no Brasil, tanto a nível nacional, como das unidades da federação quanto dos municípios, de forma geral vem aplicando o receituário do projeto neoliberal.

A autonomia pedagógica – uma antiga reivindicação dos trabalhadores na educação – vem em conjunto com autonomia financeira, para que as escolas em

estado alimentar negociem "livremente" o seu projeto pedagógico no estabelecimento de parceria com empresas privadas.

O desmonte da rede pública de ensino e a sua transição para o projeto globalitário se traduz na busca da "qualidade total no ensino", utilizando-se de métodos empresariais para a gestão da escola pública, chegando ao cumulo no Paraná, quando o estado construiu numa antiga vila operária abandonada em uma usina hidrelétrica (Faxinal do Céu-PR) a Universidade do Professor, e passou a gestão a cargo do Grupo Positivo, a maior rede particular de ensino de massa do estado do Paraná. Nada poderia estar mais distante da natureza da educação, que estas proposições. Mas a privatização não ficou só na gestão da qualificação do corpo docente, ela se ampliou para gestão administrativa, como na rede municipal de Curitiba e estadual do Paraná, que substituiu seus "coordenadores" e "chefes" por gerentes, fruto de um grande projeto orientado e coordenado diretamente pelo SEBRAE - um órgão, que até pouco tempo era responsável por formar dirigentes de pequenas empresas. Nesses episódios ficou evidente que o ensino deve ser balizado pelas regras do mercado - custo menor com a maior produtividade e rentabilidade, buscando a "gestão compartilhada" com a sociedade, em particular com os empresários.

O fim do ensino público

“(...) não há satisfação para todos. Não é que a produção necessária seja globalmente impossível. Mas o que é produzido – necessária ou desnecessariamente – é desigualmente distribuído. Daí a sensação e, depois, a consciência da escassez: aquilo que me falta a mim, mas que o outro mais bem situado na sociedade possui.”
(Santos, 1996)

Com a debandada da escola pública de pais conscientes ou preocupados com a qualidade de ensino, que poderiam ajudar nas reivindicações e propostas para recuperar o sistema público de ensino. O destino desses pais foram muitos, alguns montaram cooperativas de ensino, outros procuram escolas alternativas com propostas avançadas de educação, outros caem nas garras do marketing das grandes redes de ensino de massa, durante esse processo, paralelamente o ensino público vai se esvaindo, e consolidando a base de um sistema perverso de ensino, pois as cooperativas de pais com maior poder aquisitivo vão oferecer ensino de melhor qualidade em relação à rede pública de menor poder aquisitivo. Fica ameaçado o caráter universal da escola.

Maneiras de Privatização da Escola Pública

Municipalização

Consiste na transferência do rede de ensino Estadual ou Federal para os municípios. Os municípios assumem a gestão das escolas e recebem uma fatia das verbas para financiá-las.

Este processo, geralmente estimulado pelos governadores de estado, que desejam se livrar das pesadas máquinas educacionais implantadas durante o processo do chamado milagre econômico brasileiro. Por um lado porque consome fatia

preponderantes dos orçamentos estaduais; segundo porque possui um quadro de professores organizados que se mobilizam constantemente para reivindicar melhores condições de trabalho e salário; e terceiro porque a transferência para os municípios amplia a dependência política do prefeito ao Governo Estadual, que pode servir de moeda no jogo político.

A municipalização do ensino rompe com a perspectiva unitária da escola pública, quebra a organização dos trabalhadores na educação e permite aos prefeitos, ávidos por recursos eleitorais, parcerias eficientes com as empresas privadas.

Este processo traz geralmente os seguintes problemas graves:

- A primeira questão - há perigo de ruptura do caráter universal da escola pública, pois há dificuldade em se programar os currículos básicos e os projetos pedagógicos. Neste sentido também as escolas se tornam mais sensíveis às pressões dos políticos locais quanto à linha das disciplinas e as políticas pedagógicas.
- A segunda questão - os municípios de forma geral, no atual modelo tributário, não dispõem de verbas suficientes, mesmo considerando as suplementações por parte dos governos estaduais e federais para a financiamento adequado da rede escolar. Neste sentido os prefeitos podem vir a buscar a parceria com a comunidade - fazendo com as pessoas paguem taxas ou outros tipos de contribuição, o que significaria na prática uma dupla tributação, pois os usuários já pagaram os tributos que deveriam ser destinados ao ensino público. Numa segunda opção podem se desenvolver relações com o empresariado como vale-educação, que pode comprometer a autonomia da escola pública como veremos no item a seguir.
- A terceira questão - as escolas controladas pelos município podem ser readequadas para cumprir funções de formação e qualificação da mão-de-obra numa perspectiva tecnicista, para atender os interesses dos grupos econômicos locais.

É discutível a condição atual de gerência das redes públicas de ensino pelos municípios, particularmente na área pedagógica. Além disso, as redes de ensino ficam a mercê das falácias eleitorais do governante de plantão, que são tentados a formular projetos salvacionistas em curto prazo para educação, que quando não terminam em fracasso, não obtêm continuidade do sucessor no executivo municipal.

Cooperativas de Ensino

As cooperativas de ensino aparecem como uma alternativa para os pais desiludidos com o ensino público e descontente com o alto custo e mesmo com qualidade das escolas da rede privada.

Estas escolas são constituídas por pais que se reúnem, fundam uma cooperativa e financiam o ensino de seus filhos. Os alunos passam a freqüentar escolas com nível correspondente a renda de seus pais. Contrapõe-se logicamente ao princípio de a escola pública universal e estatal tem por objetivo garantir o mesmo nível de ensino para todas as crianças independentes da renda familiar.

Isto trás também problemas:

E o Estado é dispensada da função de oferecer ensino público de qualidade;

Retiram-se da escola pública pais conscientes e preocupados com a qualidade de ensino, que poderiam ajudar nas reivindicações e propostas para recuperar o sistema público de ensino.

Acaba estabelecendo a base de um sistema perverso de ensino, pois as cooperativas de pais de maior poder aquisitivo vão oferecer ensino de melhor qualidade em relação às cooperativas de famílias de menor poder aquisitivo. Esta sendo ameaçado o caráter universal da escola.

“Durante muito tempo a comunicação libertou, porque significava difusão do saber, do conhecimento e da razão contra as superstições e obscurantismos. Agora, impondo-se como obrigação absoluta, inundando todos os aspectos da vida social, política, econômica e cultural, ela exerce uma espécie de tirania. E tende a tornar-se uma das grandes superstições de nosso tempo.”
(Ramonet, abril, 1997)

A transferência da gestão escolar e pedagógica para empresas privadas, que assumem o controle dos bens escolares públicos e depois recebe um pagamento, geralmente per capita dos órgãos para oferecer o ensino, o material didático e o treinamento para aplicação do material, em seminários de reciclagem. Esses tipos de empresas multiplicaram rapidamente, tais como: Editora Lago, Editora Base, Editora Educart, Editora Positivo, Editora Módulo, etc.

O principal problema está no fato de que uma empresa privada, vai sempre procurar reduzir o custo para maximizar os lucros. Assim o pagamento do poder público não vai ser aplicado visando à melhoria constante da qualidade de ensino. O melhor exemplo deste modelo, foi o projeto de "micro-gestão privada do ensino" – as "escolas cooperativas" de Maringá, no Paraná, onde o município transformava alguns professores em micro-empresários, estes passavam a explorar a trabalho de seu colegas, enquanto ampliava a sua faixa de lucro reduzindo custos no gerenciamento dos pagamento per capita que recebia da prefeitura.

Há exemplos de empresas especializadas por áreas, como inglês, educação artística e informática, e oferecem para as escolas estes serviços, como se estas disciplinas pudessem ser separadas das demais e os seus projetos pedagógicos fossem distintos de um projeto geral da escola.

Outro exemplo é o da mão de obra na educação, já não temos mais professores, mas sim orientadores, pois em muitos municípios brasileiros as aulas são transmitidas via satélite e captadas pelas parabólicas na escola, onde um orientador toma conta da turma e conduz os exercícios propostos. Outra modalidade é, ao invés de concurso ou contratação direta de professores e funcionários, é contratada uma empresa que presta serviço na área de educação. Assim a empresa vai se comprometer que um de seus funcionários vai comparecer em determinados horários na sala de aula e ministrar a disciplina de geografia, por exemplo.

Essa estratégia quebra a ação coletiva dos professores, necessária para a elaboração do projeto pedagógico além de ferir diversos direitos trabalhistas dos trabalhadores em educação. Isto já iniciou pelos serviços da escola, o que contribui para alienar ainda mais os funcionários técnicos administrativos do processo educacional.

Vale educação

Esta proposta garante as empresas cobrirem parcial ou integralmente os gastos com educação dos filhos de seus funcionários. Estes gastos depois é abatido da carga tributaria e de impostos da empresa.

Esta estratégia faz com que o estado deixe de arrecadar os tributos que deveriam ser investidos na educação. Enquanto a empresa pode interferir no estudo dos filhos de seus funcionários, inclusive muitas delas já dispõem de sua própria fundação. O que lhe interessa pois pode gerenciar a retomada do modelo de ensino tecnicista garantindo a formação da mão-de-obra qualificada para o seu padrão de desenvolvimento industrial alienado da cidadania.

A instituição do vale-educação, alardeada por diversos candidatos na eleição presidencial de 1998, foi implementada em muitos lugares, como no sistema de ensino fundamental do município de Curitiba.

“Falou-se muito nos anos 70, que vivíamos na civilização da imagem. (...) Por outro lado à lógica tem por função simplificar, ou seja, aumentar seu campo de perfeição. Quando queremos ver, queremos ver cada vez mais, há uma amplificação que se desenvolve hoje, em escala mundial. Há uma grande ótica planetária, uma ótica não ótica, que vai modificar as relações humanas, políticas, sociais, econômicas e, é claro, não é apenas a televisão, são os sistemas de transmissão por satélites, às capacidades dos satélites espíões, das tecnologias militares de controlar incessantemente os territórios e a ação dos homens nas cidades através das câmeras”. (Virilio, 1999)

Há uma proposta de que o Estado deveria deixar de financiar o sistema público superior de ensino e investir esta verba em bolsas de estudos que pagariam os estudos de alunos carentes, sem condições financeiras para estudarem em escolas particulares.

Nesta proposta as bolsas seriam compatíveis com os níveis de renda das famílias, o que promoveria ensino diferenciado para os diferentes grupos sociais, rompendo com o caráter universal do ensino público.

Referências

1. ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.
2. ANDERSON, Perry. Participação no debate: **A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 139-180.
3. BENKO, Georges. **Economia Espaço e globalização**. (na aurora do século XXI): São Paulo, HUCITEC, 1996.
4. BENKO, Georges. **Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX**. In: SANTOS, Milton et al. (org.). Território globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1995, p. 51-71.
5. BORÓN, Atílio. **A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 63-118.
6. BOYER, Robert. **A Teoria da Regulação, Uma análise crítica**. São Paulo: Nobel, 1990.
7. CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
8. CORDIOLLI, Marcos. **Discutindo a Transição do Modo de Acumulação Capitalista**. Curitiba: Revista Paranaense de Geografia n.º 02 p. 75-83. Letra das Artes, 1997.
9. CORDIOLLI, Marcos. **A Nova Ordem Mundial e a Educação**. Curitiba, 1997 inédito fotocopiado.
10. CORDIOLLI, Marcos. **A política educacional frente ao neoliberalismo: análise de caso no Paraná**. Curitiba, 1998 inédito fotocopiado.
11. CHESNEAUX, Jean. **Modernidade-Mundo**. 2ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.
12. CHOMSKY, Noam. **A Minoria Próspera e a Multidão Inquieta**. 2ª edição. Brasília: UNB, 1997.
13. CHOMSKY, Noam. **Os Caminhos do Poder**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
14. CROCETTI, Zeno Soares. **Globalização, tecnologia, neoliberalismo e poder**. Curitiba: Revista Paranaense de Geografia n.º 02 p. 31-39. Letra das Artes, 1997.
15. CROCETTI, Zeno Soares. **Neoliberalismo: O caminho para Servidão (uma pequena história dos vinte anos de uma economia das elites)**. Curso ministrado por ocasião do Evento "De olho no Mundo" em Telêmaco Borba-PR, novembro de 1999. Curitiba, 1999 fotocopiado inédito.
16. CROCETTI, Zeno Soares. **Educação Globalitária**. Curitiba: Revista Paranaense de Geografia n.º 05, p. 31-48. Letra das Artes, 2000.
17. CROCETTI, Zeno Soares. **O sentido da cidade no século XXI (Espaços virtuais; Espaços urbanos)** Curitiba, Revista Paranaense de Geografia n.º 06, p. 51-66. Letra das Artes, 2001.
18. FERNANDES, Luís. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 54-61.
19. FIORI, J. L. e TAVARES, M. C. **Desajuste Global e Modernização Conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
20. FIORI, José Luís. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
21. GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo-SP: Editora da UNESP, 1991.
22. HADDAD, Fernando. (Org.) **Desorganizando o Consenso**. Petrópolis: Vozes, 1998.
23. HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1992.
24. HIRATA, Helena. **Das qualificações ao modelo de competência**. In: FERRETTI, Celso et. al. (org.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 124-138.
25. HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. São Paulo-SP: Editora: Cia das Letras, 1995.

26. IANNI, Octavio. **A era do Globalismo**. 2ª edição. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1997.
27. LAURELL, Asa Cristina. **Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo**. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). Estado e políticas sociais no neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1995, p. 151-178.
28. LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência** (o futuro do pensamento na era da informática) Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
29. LIPOVETSKI, Gilles. **O império do efêmero**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
30. LOJKINE, Jean. **A revolução Informacional**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
31. LOJKINE, Jean. **O tabu da gestão: a cultura sindical entre contestação e proposição**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1999.
32. MACHADO, Lucília. **A educação e os desafios das novas tecnologias**. In: FERRETTI, Celso et. al. (org.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 165-184.
33. MAMIGONIAN, Armen. **Marxismo e "Globalização": As origens da Internacionalização Mundial**. In: SOUZA, Álvaro José de et. al. (org.). Milton Santos Cidadania e Globalização. Bauru: Saraiva, 2000, p. 95-100.
34. MASUDA, Yonesi. **A Sociedade da Informação**. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1982.
35. NETTO, José Paulo. **Repensando o balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 29-34.
36. RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Editora Ática, 1993, 269p.
37. SADER, Emir. Participação no debate: **A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 139-180.
38. SANTOS, Milton. **Espaço & Método**, São Paulo: Nobel 1985.
39. SANTOS, Milton. **O retorno do Território**. In: SANTOS, Milton et. Al. (org.). Território globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1995, p. 15-20.
40. SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**, São Paulo: HUCITEC, 1996.
41. SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização (do pensamento único à consciência universal)**, Rio de Janeiro: RECORD, 2000.
42. SODRÉ, Nelson Werneck. **A Farsa do Neoliberalismo**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
43. SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. 5ª reimpressão. São Paulo: UNESP, 1996.
44. STROHAECKER, Tânia Marques et. Al. (org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: Edições AGB, 1998.
45. THERBORN, Göran. **A crise e o futuro do capitalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 39-53.
46. VIEIRA, Sheila. **Indústria de Alta Tecnologia**. (reflexos da reserva de mercado e do neoliberalismo em Florianópolis). Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.
47. VIRILIO, Paul. **Velocidade e Política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
48. VIRILIO, Paul. **A Bomba informática**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
49. WEATHERFORD, Jack. **A história do dinheiro**. 2ª edição. São Paulo: Negócio, 1999.